

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN MEDIATING LEARNING THROUGH DISTANCE EDUCATIONS

Gleison Peralta Peres¹

Sônia Maria Zanezi Peres²

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro³

Resumo: Propõe-se, neste artigo, uma reflexão sobre a mediação da aprendizagem na educação a distância, com foco nos professores e tutores na condução desse processo. O texto é fruto de pesquisa bibliográfica e tem como objetivo apontar alguns elementos teórico-conceituais que contribuem para o aperfeiçoamento do ensino superior a distância. Vislumbra-se que este estudo possa colaborar para a reflexão e análise da educação pública a distância brasileira.

Palavras-chave: Educação; Ensino Superior; Professor-Tutor

Abstract: This article proposes a reflection on the mediation of learning in distance education, focusing on teachers and tutors in guiding this process. The text is the result of bibliographic research and aims to point out some theoretical-conceptual elements that contribute to the improvement of higher education at a distance. It is envisioned that this study can contribute to the reflection and analysis of Brazilian public distance education.

Keywords: Education; Higher Education; Teacher-Tutor

1. INTRODUÇÃO

*A educação é a arma mais poderosa
que você pode usar para mudar o
mundo.*

(Nelson Mandela)

Este artigo é resultado das leituras e reflexões realizadas durante o curso de pós-graduação *lato sensu* em "Tutoria em Educação

a Distância e Docência no Ensino Superior", entre 2021 e 2023. Busca-se apresentar algumas considerações sobre o histórico da Educação a Distância no Brasil, com foco na Universidade Aberta do Brasil (UAB), e os atores diretamente envolvidos na mediação da aprendizagem, o professor e o tutor.

O direito à educação é uma dimensão social fundamental, principalmente em relação à

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil. Professor Efetivo da Educação Básica-História do Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, Brasil. gleisonpp@hotmail.com

² Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil. Técnica Administrativa Educacional - Efetiva do Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, Brasil. soniazanezi@hotmail.com

³ Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil. mariarosacavalcante@gmail.com

cidadania, e está reconhecido em documentos nacionais e internacionais. No âmbito nacional, encontra respaldo nos artigos 6º e 205 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 4º e 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/9394/1996) e, internacionalmente, no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e na Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

De acordo com relatórios recentes vinculados ao Censo da Educação Superior, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a taxa de acesso à educação superior no Brasil tem registrado melhorias significativas nas últimas décadas, demonstrando um crescimento expressivo em comparação com períodos anteriores. No entanto, ainda persistem desafios a serem superados no sentido de garantir um acesso equitativo e de qualidade para todos os indivíduos, especialmente aqueles provenientes de classes sociais menos favorecidas. É fundamental a implementação de políticas públicas e ações afirmativas que possibilitem a ampliação do acesso à educação superior, promovendo, assim, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento social e econômico do país.

Nessa perspectiva, tem-se como objetivo principal compreender o contexto histórico da

Educação a Distância de maneira abrangente, investigando sua aplicação no Brasil e destacando a experiência da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para tanto, analisa-se o papel desempenhado pelo professor e pelo tutor no processo de mediação da aprendizagem.

Vislumbra-se que este texto possa contribuir para a compreensão da educação a distância focada no ensino superior público e gratuito, além de apresentar elementos que possam refletir sobre sua implementação.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

No Brasil, a Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino devidamente regulamentada, a qual tem beneficiado um grande contingente de pessoas que, até então, não tinham acesso a oportunidades educacionais. Nesse sentido, sua regulamentação é estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996. O conceito oficial de EaD é definido pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), que normatiza essa modalidade educacional no que se refere às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Assim sendo, a educação a distância tem se revelado uma alternativa viável e eficaz para ampliar o acesso à educação, fomentando a inclusão e democratização do ensino. Essa modalidade, sobretudo com a utilização de recursos tecnológicos, oferece flexibilidade de horários e locais, proporcionando ao estudante a oportunidade de aprender de forma autônoma, conforme suas necessidades e disponibilidades.

Além disso, o ensino a distância propicia a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimentos entre alunos e professores de diversas regiões, enriquecendo o processo de aprendizagem e fomentando a construção coletiva do saber. Constitui-se, assim, uma ferramenta crucial para promover a formação contínua e o aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, inclusive Martins (2005, p. 34), nos traz um dado importante que a maioria das pessoas que buscam a educação a distância.

A maioria da clientela que buscam os cursos na modalidade de EAD é de adultos; assim, é importante observar que os projetos educativos devem levar em conta as características sócio-culturais e individuais dos alunos. Bem como trabalhar os conteúdos a partir dessa realidade.

Em razão dessa diversidade de informações, é fundamental ressaltar a importância de que as instituições de ensino, assim como os professores e tutores, estejam

preparadas para atuar nessa modalidade educacional. Isso envolve o desenvolvimento de metodologias e recursos tecnológicos eficientes, visando garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem a distância. Acredita-se firmemente que a educação a distância, quando bem planejada e executada, pode se tornar um poderoso instrumento para promover uma educação de qualidade e responsável para todos, independentemente de barreiras geográficas, sociais e culturais.

Segundo Santos (2010 *apud* CNE, 2014):

[...] no Brasil, a história da EaD data pelo menos de 1904, quando foram instaladas as chamadas *escolas internacionais*, instituições privadas que ofereciam cursos por correspondência. No entanto, segundo Alves (2001), em 1891, os jornais já trariam anúncios de ensino por correspondência [...]. O marco da utilização da EaD no país ocorreu com a utilização da radiodifusão com fins educativos em 1936, com a instalação por Edgard Roquete-Pinto da Rádio-Escola Municipal [...]. Já em 1939 foi criado o Instituto Monitor, que oferecia cursos técnico-profissionais por correspondência considerados os mais antigos e conhecidos cursos a distância no país. Desde então, há registros de experiências periódicas, algumas mais abrangentes, outras mais localizadas, algumas desenvolvidas e outras que ficaram só no projeto [...].

A Educação a Distância (EaD) surgiu da necessidade de qualificação profissional de diversas pessoas que, por diferentes motivos, não podem frequentar salas de aula presenciais. Moore e Kearsley (2011) oferecem uma definição de EaD, na qual alunos e professores estão separados pelo tempo e pela distância,

sendo mediados por meio de tecnologias de comunicação, tais como plataformas digitais, transmissão de dados, voz, vídeos, e retransmitidos por computadores e outros dispositivos eletrônicos, possibilitando que as pessoas superem distâncias geográficas e se aproximem umas das outras.

Além disso, é importante destacar que, conforme Costa (2017, p. 65, grifos do autor), existem cinco gerações do ensino EaD, as quais representam distintas fases de desenvolvimento e evolução dessa modalidade educacional.

Cinco gerações diferentes: **1ª Geração:** marcada pela comunicação textual, por meio de correspondência; **2ª Geração:** ensino por rádio e televisão; **3ª Geração:** caracterizada, principalmente, pela invenção das universidades abertas; **4ª Geração:** marcada pela interação à distância em tempo real, em cursos de áudio e videoconferências; **5ª Geração:** envolve o ensino e o aprendizado on-line, em classes e universidades virtuais, baseadas em tecnologias da internet.

Resta claro que as cinco diferentes gerações de comunicação e ensino ao longo dos anos refletem a constante evolução da tecnologia e da forma como todos se conectam e aprendem. Cada uma dessas gerações trouxe mudanças significativas que impactaram não apenas a maneira como se comunicam, mas também como absorvem conhecimento.

Essas diferentes gerações demonstram como a educação e a comunicação estão em constante evolução, adaptando-se às novas tecnologias e às necessidades da sociedade. Cabe a todos aproveitarem essas oportunidades

e utilizarem essas ferramentas da melhor forma possível em prol do aprendizado e do crescimento pessoal e profissional (Costa, 2017).

Nessa ordem de ideias, Belloni (1999, p. 42) afirma que a aprendizagem deve ser considerada de forma autônoma: "O estudante não é objeto ou produto, mas o sujeito ativo que realiza sua própria aprendizagem".

Na concepção de Belloni (1999), a aprendizagem é um processo que deve ser concebido de forma autônoma, pois o estudante não deve ser tratado como um objeto passivo que absorve conhecimento, mas sim como um sujeito ativo que constrói seu próprio aprendizado. Nessa perspectiva, é fundamental que os professores e tutores incentivem a autonomia dos alunos, proporcionando-lhes oportunidades para que sejam protagonistas de sua própria formação. Afinal, quando o estudante se torna o agente de sua aprendizagem, ele desenvolve habilidades como autogestão, reflexão crítica e busca constante pelo conhecimento, tornando-se não apenas um indivíduo capacitado, mas também um cidadão consciente e engajado na sociedade.

Portanto, compreender a importância da autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem é essencial para promover uma educação significativa e transformadora.

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUA EXPANSÃO A PARTIR DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

Durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que teve início em 2003, o Governo Federal implementou diversas políticas públicas e estratégias para promover a universalização e democratização da educação no Brasil. Uma das principais prioridades foi garantir o acesso à educação, especialmente no ensino superior, em conformidade com leis e tratados internacionais que asseguram o direito à educação para todos.

Por meio de programas e ações governamentais, o governo de Lula buscou ampliar o acesso à educação de qualidade, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento do país. Foram criados programas de financiamento estudantil, como o ProUni, em 2004, e o FIES, que foi otimizado no governo Lula em 2010. Ambos implementaram o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, incluindo a própria UAB.

Além disso, foram implantadas políticas de incentivo à permanência e à conclusão dos estudos, como a expansão das universidades federais e a criação de vagas em cursos de graduação. Essas medidas contribuíram para aumentar a inclusão de jovens de todas as regiões do país no ensino superior, fortalecendo a democracia e o desenvolvimento social.

Portanto, a atuação do Governo Federal durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva foi fundamental para avançar na universalização e democratização da educação no Brasil, garantindo o acesso de todos os cidadãos ao direito à educação de qualidade, em conformidade com os princípios universais de justiça social e igualdade de oportunidades.

Assim, diante da necessidade de ampliar o número de vagas no ensino superior, em 2005, o governo criou o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado ao Ministério da Educação, e, em 8 de junho de 2006, o Sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, para o desenvolvimento da modalidade de ensino EaD, com a finalidade de interiorizar e expandir a oferta de vagas no ensino superior brasileiro, estabelecendo um elo entre universidades e instituições de ensino brasileiras que ainda nos dias atuais se fortalecem.

O objetivo do Sistema Universidade Aberta do Brasil é facilitar o acesso à educação superior por meio do ensino a distância, visando atender às demandas de formação profissional em diversas áreas do conhecimento. Por meio dessa parceria, é possível democratizar o acesso ao ensino superior, possibilitando que pessoas de diferentes regiões do país tenham a oportunidade de se qualificar e ingressar no mercado de trabalho, já que segundo Moran (2003, p. 51) “educar em ambientes virtuais exige mais dedicação [...]”.

Além disso, a parceria entre os

consórcios públicos, universidades públicas, empresas estatais e demais organizações interessadas fortalece a integração entre a academia e o setor produtivo, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país. Dessa forma, o Sistema Universidade Aberta do Brasil se torna uma importante ferramenta para a promoção da inclusão social e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária por meio da educação.

Nesse cenário, é fundamental que essa parceria seja fortalecida e expandida, a fim de garantir que cada vez mais pessoas tenham acesso à educação de qualidade e possam contribuir para o progresso do país. O Sistema Universidade Aberta do Brasil representa um importante avanço na área da educação e deve ser valorizado e apoiado por todos os envolvidos, para que seus benefícios possam ser amplamente aproveitados pela sociedade brasileira.

Nas palavras de Medeiros (2011, p. 6):

De acordo com documento oficial, a UAB caracteriza-se como: aberta na entrada, democratizando o acesso à população sem rigidez dos processos seletivos tradicionais ou outras formas de discriminação; aberta no processo, oferecendo opções e atividades relevantes mais flexíveis quanto às exigências formais de Conselhos ou corporações profissionais; aberta na saída, permitindo aos estudantes concluírem, encerrarem ou suspenderem seus estudos com maior flexibilidade, atendendo à suas necessidades.

Portanto, pode-se considerar que os avanços da EaD são reflexos de políticas

públicas educacionais que têm a missão de democratizar e oferecer oportunidades àqueles que não tiveram acesso. Com a criação da UAB, fortalecem-se os entes (municípios, estados, União) a unirem esforços para ampliarem o número de vagas públicas e gratuitas no ensino superior, conforme Medeiros (2011, p. 13):

A criação da UAB apresenta-se no atual contexto governamental como uma política pública voltada à democratização da educação superior no País; 2) caracteriza-se, de acordo com as diretrizes governamentais, como uma política de inclusão e justiça social; 3) articula a construção de consórcios públicos, envolvendo instituições como: Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Empresas Estatais com vistas ao desenvolvimento sustentado do País.

A ampliação de vagas no ensino superior representa um passo importante para a melhoria do sistema educacional como um todo. Embora não resolva todos os problemas, essa medida já traz benefícios significativos para a educação. No caso da Universidade Aberta do Brasil (UAB), dois atores desempenham papéis fundamentais nesse processo de mediação da aprendizagem. Em primeiro lugar, os tutores e professores, responsáveis por auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e na compreensão dos conteúdos. Em segundo, os próprios estudantes, que são os protagonistas de sua própria formação e precisam se dedicar aos estudos para alcançar o sucesso acadêmico. Dessa forma, a ampliação de vagas no ensino superior, aliada ao comprometimento dos tutores e dos estudantes,

contribui significativamente para a qualidade do sistema de ensino e para a formação de profissionais qualificados e engajados.

4. PROFESSOR E TUTOR NA MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Como mencionado anteriormente, com a criação da UAB, tornou-se necessária a inserção de mediadores do conhecimento nessa modalidade. Aqui abordam-se duas categorias: o professor e o tutor.

No que se refere ao professor, ele é o responsável pela disciplina. Já o papel do tutor se divide em duas funções: o tutor presencial, que atua diretamente com os discentes em contato físico no atendimento do Polo de Apoio Presencial (PAP); e o tutor a distância, que trabalha em conjunto com o professor na mediação da aprendizagem dos discentes, atuando principalmente na correção das atividades, envio de avisos, lançamento de notas e conceitos, e esclarecimento de dúvidas relacionadas à disciplina (Prete; Oliveira, 2003).

É importante destacar que todas as funções desempenhadas na UAB não têm vínculo empregatício, e os profissionais recebem bolsas de ajuda de custo pelo trabalho realizado, sendo selecionados por meio de editais nas respectivas instituições de ensino.

De se notar que a atuação desses profissionais na modalidade de educação a distância é de extrema importância para a democratização do ensino. Apesar de não terem

vínculo empregatício, eles dedicam seu tempo e conhecimento para contribuir com a formação de estudantes em todo o país. É imprescindível ressaltar que o trabalho desses profissionais é reconhecido e valorizado, pois são selecionados por meio de editais de seleção para escolha tanto de tutores quanto de professores.

A ajuda de custo recebida por esses profissionais é uma forma de reconhecer seu empenho e comprometimento com o ensino a distância. Mesmo enfrentando desafios e limitações, eles se dedicam integralmente para oferecer um ensino de qualidade e acessível a todos, contribuindo assim para a inclusão de pessoas que, de outra forma, não teriam acesso à educação. Para Niskier (2000 p.16), segundo a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, “a educação à distância é um dos únicos mecanismos do qual o país pode lançar mão para diminuir as diferenças sociais e dar dignidade a seu povo”.

Portanto, é fundamental que a sociedade reconheça a importância e o papel desempenhado por esses profissionais na UAB e em outras instituições de ensino a distância. Assim, a valorização e o respeito por esses profissionais são essenciais para garantir a continuidade e o sucesso das atividades educacionais desenvolvidas nesse formato, que têm se mostrado cada vez mais relevantes no contexto educacional atual.

De acordo com o documento da Capes/UAB, entre as atribuições do tutor estão:

2008, p. 2).

Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; *acompanhar as atividades discentes* (grifo nosso), conforme o cronograma do curso; apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes; *estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes* (grifo nosso); colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes; participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino; elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria; participar do processo de avaliação da disciplina sob a orientação do professor responsável (Brasil, 2010, s/p).

Depreende-se, portanto, que o tutor exerce um papel essencial no processo de mediação da aprendizagem, acompanhando sistematicamente o desempenho de cada um dos alunos sob sua responsabilidade e esclarecendo dúvidas sobre o conteúdo proposto pelo professor (Abreu-e-Lima; Alves, 2011, p. 191).

Nesse contexto, o tutor é responsável por apresentar os elementos teórico-conceituais da disciplina e facilitar a compreensão dos discentes, mesmo não sendo o responsável pela elaboração do conteúdo. No entanto, nesse processo de mediação, ele se torna quase o protagonista, desempenhando um papel central na promoção da aprendizagem.

A tutoria pode ser entendida como uma ação orientadora global, chave para articular a instrução e o educativo. O sistema tutorial compreende, desta forma, um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obterem crescimento intelectual e autonomia, e para ajudá-los a tomar decisões em vista de seus desempenhos e suas circunstâncias de participação como aluno (Roesler *et al.*,

Evidentemente, a tutoria é uma ferramenta fundamental no contexto da educação, pois tem o poder de articular a instrução com o processo educativo de forma eficiente. Por meio da tutoria, os alunos são orientados e direcionados para o desenvolvimento de suas capacidades básicas, incentivando o crescimento intelectual e a autonomia. Além disso, a tutoria auxilia os estudantes a tomarem decisões acertadas em relação ao seu desempenho acadêmico e, também, em suas circunstâncias de participação na vida escolar.

Por intermédio da tutoria, os alunos podem contar com suporte e acompanhamento individualizado, o que facilita a identificação de suas necessidades e dificuldades específicas. Com isso, é possível criar estratégias personalizadas para cada aluno, promovendo um processo de aprendizagem que atenda às suas expectativas, que segundo Torres (2003 p. 20) “o aluno é um agente ativo, que não exerce mais o papel de mero receptor e assimilador de informações e conteúdos para passar a exercer o papel de companheiro em uma comunidade de aprendizagem”.

Dessa forma, a tutoria não só contribui para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também para a sua formação como cidadãos autônomos e responsáveis. Ao serem orientados e incentivados a tomar decisões em relação ao

seu percurso educativo, os estudantes adquirem habilidades essenciais para a vida adulta, garantindo um desenvolvimento integral e completo.

Sendo assim, é essencial que as instituições de ensino invistam na implementação de programas de tutoria que promovam o acompanhamento individualizado dos alunos, visando não apenas ao sucesso acadêmico, mas também ao desenvolvimento pessoal e social de cada estudante. A tutoria é, sem dúvida, um instrumento poderoso para a transformação e o crescimento dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo atual com confiança e autonomia, conforme apontam Pimenta e Lopes (2014, p. 282), "o professor supervisor age dependendo muito da comunicação com os tutores e do comportamento destes".

Cabe destacar que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas por parte de tutores e professores do sistema UAB, ainda existem significativos avanços nesse processo educacional. A EaD proporciona oportunidades para pessoas que não podem frequentar os cursos presenciais ou se deslocar a grandes centros de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta evidente que a EaD tem possibilitado avanços significativos no acesso à educação, principalmente no ensino superior, com a criação da UAB. Evidencia-se também

que os estímulos para a ampliação de vagas no ensino superior a partir de 2003 são maiores, pois criam estratégias para melhorar o ensino superior brasileiro.

Assim sendo, constata-se que o papel dos tutores e professores é um elo significativo no processo de mediação da aprendizagem, e eles devem sempre refletir e participar nas plataformas tecnológicas de comunicação, para sanar dúvidas dos discentes, além do contato físico nos PAP, com comprometimento e encaminhamentos pertinentes.

Em razão da constante desvalorização do trabalho de tutores e professores pelo sistema UAB, visto o baixo valor das bolsas, mesmo com um acréscimo no início do ano de 2023, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), que está em seu terceiro mandato, destacou-se aqui a importância desses profissionais que são fundamentais para o sucesso da educação a distância brasileira via UAB.

Cabe mencionar que a pesquisa não se esgota aqui, pois, apesar dos inúmeros avanços no acesso ao ensino superior, restam ainda proposições e debates não explorados e que podem inspirar novos estudos, análises e reflexões sobre esse tema.

Por fim, o maior desafio relacionado à Educação a Distância é contribuir com a democratização e acesso da maioria da população com qualidade social, tendo em vista que a educação é um direito constitucional de

todos os brasileiros e brasileiras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU-E-LIMA, D. M.; ALVES, M. N. O feedback e sua importância no processo de tutoria a distância. **Pró-Posições**, v. 22, n. 2 (65), p. 189-205, maio/ago. 2011.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Resolução nº 08, de 30 de abril de 2010. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 26/2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). **Diário Oficial da União**, 3 mai. 2023.

CNE. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 564/2015**. Dispõe sobre as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília: MEC, 2016. Disponível em:
<http://www.sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/>

parecer_cne_ces_564_15.pdf Acesso em: 10 mar. 2023.

COSTA, A. R. da. A educação a distância no Brasil: concepções, histórico e bases legais. **Revista Científica da FASETE**, 2017.1.
MARTINS, Onilza Borges. **Fundamentos da educação a distância**. Curitiba. Ed IBPEX, 2005.

MEDEIROS, S. Sistema universidade aberta do Brasil: uma política de democratização e inclusão social da educação superior no país? **Revista Itinerarius**, v. 1, n. 10, 2011.

MORAN, José Manuel. **O que é um bom curso a distância?** Disponível em:
http://www.eca.usp.br/prof/moran/bom_curso.htm. Acesso em: 10 de jan. 2024.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
NISKIER, Arnaldo. **Educação a Distância: A tecnologia da esperança**. SP. Ed Loyola, 2000.

PIMENTA, A. M.; LOPES, C. Habitus professoral na sala de aula virtual. **Educação em Revista**, v. 30, n. 3, p. 267-89, jul./set. 2014.

ROESLER, J.; BATTISTI DE SOUZA, A. R.; SARTORI, A. Mediação pedagógica na educação a distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas. **Revista Diálogo Educacional**, 8, maio-ago. 2008. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116834002>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TORRES, Patrícia Lupion. **Pioneirismo em educação a distância**. A experiência do Rio Grande do Norte. Natal. Ed. CEFET RN, 2003.